

**O CAMPEONATO BRASILEIRO DE CLUBES E A TAÇA INDEPENDÊNCIA:
PROPAGANDA POLÍTICA E INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL (1971-
1972)**

Patrícia Volk Schatz¹

Resumo: Historicamente os Estados-Nações dedicam-se à ocupação do território através de estratégias políticas, econômicas, culturais e sociais. No caso brasileiro, a preocupação com a integração nacional concentra-se entre as estratégias de ocupação do território e a conexão político-econômica. A partir da década de 1960 a geopolítica nacional pautou-se, sobretudo, sobre o controle físico do continente sul-americano no sentido de controle das áreas vitais. Entretanto, emerge a importância de discutir-se o papel desempenhado pelo futebol como um potencial instrumento integrador, visto a relevância desse esporte além da prática lúdica. O impacto da conquista do mundial de 1970 pela Seleção Brasileira evidenciou inúmeras possibilidades de apropriação do futebol para a propaganda política do regime civil-militar. Nesse sentido, o presente artigo objetiva identificar as relações estabelecidas entre a criação do Campeonato Brasileiro de Clubes em 1971 e a organização da Taça Independência no ano de 1972 com a lógica vigente de integração do território nacional. No caso da elaboração do Campeonato Brasileiro de Clubes, em 1971, ressalta-se a adoção de um modelo que priorizava a inclusão de agremiações de todas as regiões do país, sendo que destacam-se os investimentos em equipamentos esportivos, sobretudo, em estádios. Já no ano de 1972 é organizada a Taça Independência, conhecida também pela alcunha de Mini-Copa do Mundo, como parte dos festejos pelo Sesquicentenário de Independência do Brasil, que em seu conjunto contaram com comemorações cívicas por todo território nacional. Para compreenderem-se os papéis desempenhados por essas competições na conjuntura do regime civil-militar e na perspectiva da integração nacional buscar-se-á realizar a revisão bibliográfica e a coleta de informações em discursos oficiais e na imprensa brasileira.

Palavras-chave: Futebol. Integração. Propaganda Política.

INTRODUÇÃO

É possível identificar diferentes estratégias de integração do território nacional que podem direcionar-se para aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. No caso brasileiro, por conta de particularidades históricas dadas pela ocupação portuguesa e pelas extensões territoriais do país, encontram-se diversos estudiosos que trataram do tema da integração nacional brasileira.

¹ Mestre em História, Universidade Federal de Santa Catarina, paty_schatz@yahoo.com.br

Dentre produções de historiadores, geógrafos e militares ressaltam-se autores como Mário Travassos (1938), Everaldo Backheuser (1952) e Bertha Becker (2010), entre outros.

O conjunto de produções que tratam do tema da integração territorial brasileira resalta, sobretudo, a preocupação do Estado com a ocupação do território e das fronteiras e, também, com a integração político-econômica. Dada a importância desses trabalhos é necessário atentar-se para um elemento importante para a integração e a interiorização do território nacional: o futebol.

Nesse sentido, é preciso destacar que diferentes autores trabalharam com as vias de introdução do futebol no Brasil a partir do final do século XIX. Entre um escopo de estudiosos destacam-se Mascarenhas (2001) e Santos Neto (2002) que dedicaram-se respectivamente ao caso do Rio Grande do Sul e sua via platina de introdução do futebol e, também, ao papel das instituições de ensino para a dispersão do esporte bretão no Brasil. De forma geral, as diferenciações socioculturais e as dimensões continentais do país explicam as variadas vias de introdução do futebol no Brasil.

Ao longo das primeiras décadas do século XX identifica-se um processo de popularização do futebol marcado, entre outros aspectos, pela dispersão da prática entre os trabalhadores e nos espaços das fábricas. Dessa forma, verifica-se o contraste entre a dispersão do futebol e tentativas contínuas de grupos específicos em manter o esporte restrito ao poder de ligas locais. É nesse sentido que Hilário Júnior aponta que

De forma semelhante ao que ocorria no campo social, onde nenhum segmento mostrava-se capaz de exercer hegemonia, no futebol também se viviam tempos de transição. Defensores do amadorismo e do profissionalismo disputavam a prerrogativa de organizar o futebol brasileiro, mas sem que ambos conseguissem superar as rivalidades regionais. (HILÁRIO JÚNIOR, 2006, p. 77)

Assim, é possível destacar a partir da década de 1910 contínuas disputas políticas pela prerrogativa de organizar as práticas esportivas nacionais, sendo que ressaltam-se a criação da Federação Brasileira de Esportes (FBE) e da Federação Brasileira de Futebol (FBF)². A

² A Federação Brasileira de Esportes (FBE) foi criada no ano de 1914 com a atribuição de organizar as práticas esportivas em âmbito nacional e internacional. Para Sarmento “A preocupação política em consolidar a FBE como entidade única responsável pela organização desportiva nacional levava à formulação de um discurso no qual eram associados ao esporte alguns dos referenciais mais caros aos projetos nacionais de nossas elites. [...] desde sua gênese institucional a preocupação com o universo esportivo se aproximava da defesa de interesses nacionais, da promoção social do povo e da construção da identidade nacional.” (SARMENTO, 2006, p. 7). A Federação Brasileira de Futebol (FBF) foi fundada a partir da Liga Paulista de Futebol e contou ainda com o apoio da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) e dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

posterior cisão entre estas entidades resultou na criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) em 1914 com o intuito de dar unidade ao desenvolvimento das práticas esportivas nacionais.

Enquanto novas entidades de organização das atividades esportivas eram criadas os campeonatos de futebol disputados caracterizavam-se por reunir clubes, sobretudo, de uma única cidade ainda que fossem considerados como competições estaduais. Nesse sentido, Mascarenhas (2014) destaca que nos anos de 1920

a maioria dos estados já possuía um campeonato de futebol, mas quase sempre concentrado na capital estadual. O que podemos chamar de processo de ‘estadualização’ dos certames, isto é, sua expansão para o conjunto do território estadual, será lento e gradual e com grande variação entre as unidades da Federação. (MASCARENHAS, 2014, p. 147).

A existência de cisões entre as entidades de organização desportiva e de competições futebolísticas estaduais resultou em tentativas de criação de um campeonato nacional. Entre 1923 e 1962 um torneio que reunia as chamadas seleções estaduais representou o intento de criação uma competição nacional, ainda que não tenha contado com representantes de todos os estados³. É, pois, nesse sentido que Schatz e Espíndola (2016) afirmam que as tentativas de criação de competições futebolísticas nacionais, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940, previam integrar culturalmente e socialmente a sociedade brasileira a partir da valorização da raça.

Já a partir dos anos de 1970, na vigência do regime civil-militar, identificam-se tentativas de apropriação política sobre o futebol. A tríade formada pelo tricampeonato mundial de 1970, a criação do Campeonato Brasileiro de Clubes em 1971 e a organização da Taça Independência evidenciaram relações entre a política e o futebol. Para Guterman (2010) “um dos aspectos mais importantes do momento era a formalização da integração nacional pela via do futebol. Construída desde a década de 1930 pelo regime varguista, esse fenômeno foi definitivamente sacramentado na Copa de 70.” (GUTERMAN, 2010, p.180)

Também é relevante apontar para a importância da propaganda política durante o regime civil-militar brasileiro, sendo que para Fico (1997) o governo de Médici foi responsável por criar um dos maiores sistemas de propaganda política de um governo ditatorial contemporâneo.

³ Nem todos os estados brasileiros participaram desse torneio por dificuldades financeiras. Ressalta-se ainda que esse torneio foi bienal entre os anos de 1950 e 1962.

Assim, *slogans* como “Ninguém segura este país”, “Este é um país que vai pra frente”, “Todos juntos, vamos, pra frente Brasil”, “Eu te amo, meu Brasil” e a canção “Pra Frente Brasil” tema da Seleção Brasileira de 1970 exemplificam recursos de propaganda política empregados durante o regime civil-militar.

Nesse sentido, é preciso destacar a criação de agências de propaganda política durante os governos do regime civil-militar como, por exemplo, a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) de 1968 e a Assessoria de Relações Públicas (ARP) de 1976. Ambas, sendo que a Aerp atuou na organização do Sesquicentenário da Independência, objetivavam principalmente articular propagandas positivas relativas ao regime político em vigor. De acordo com Matos “a estruturação do discurso do regime militar autoritário, no período Médici, se deu pelo aprofundamento da oposição entre ordem e caos, tanto para desqualificar o governo deposto como para legitimar o golpe como instrumento restaurador da ordem.” (MATOS, 2008, p. 146)

O presidente da Aerp, Otávio Costa, explicou os objetivos da assessoria de propaganda durante o Governo Médici

Informar-se da opinião pública, predispôr, estimular e motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento; e contribuir para o prestígio internacional da Nação, através da criação de imagem fiel do País no exterior. Os princípios adotados para o chefe da Aerp são o da legitimidade e respeito à ordem jurídica e nos direitos humanos, impessoalidade, verdade, integração, eficiência e liberdade de expressão. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1970, p. 5)

Desse modo é possível apontar para a importância da propaganda do regime civil-militar no que tange a apropriação sobre o futebol para fins de promoção política. Assim, este artigo visa identificar as relações estabelecidas entre a criação do Campeonato Brasileiro de Clubes em 1971 e a organização da Taça Independência no ano de 1972 com a lógica vigente de integração do território nacional. Utilizar-se-á de revisão bibliográfica, bem como da coleta de informações em discursos oficiais e na imprensa brasileira.

Assim, este texto divide-se em duas seções. A primeira delas apresenta a constituição histórica do Campeonato Brasileiro de Clubes de 1971, baseada em modelos anteriores e em discursos em prol da integração do território nacional. Já a segunda parte deste artigo trata da Taça Independência, um evento esportivo inserido nos festejos cívicos do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

INTEGRAÇÃO VIA FUTEBOL: O CAMPEONATO BRASILEIRO DE CLUBES DE 1971

Quando o Brasil organizou e sediou a IX Copa do Mundo no ano de 1950 alguns aspectos destacaram-se como, por exemplo, a centralização dos jogos em cidades do eixo Rio-São Paulo e a exclusão dos estados do Norte e Centro-Oeste como sedes do mundial. Observou-se assim a pouca capacidade de integração nacional relativa à participação dos estados da federação na competição de 1950. Nesse sentido, Mascarenhas (2014) aponta para a organização de campeonatos esportivos nas décadas seguintes como uma reação ao centralismo e localismo identificados por ocasião da Copa do Mundo disputada no Brasil.

Para tratar das tentativas de organização de uma competição futebolística nacional é importante retratar a criação da Taça Brasil no ano de 1959. Esta reunia os campeões estaduais e também alguns vice-campeões nas chaves Norte-Nordeste e Centro-Sul. Ressalta-se nesse caso, a participação de clubes representantes de variadas regiões do Brasil⁴. O formato dessa competição que perdurou até 1967 prezava pela redução de gastos com os jogos e deslocamento das equipes, bem como preconizava um discurso de democracia a respeito da participação dos clubes⁵.

Em substituição à Taça Brasil foi criado o Torneio Roberto Gomes Pedrosa⁶, considerado embrião do Campeonato Brasileiro de Clubes. De acordo com Sarmiento (2006)

O certame, após quatro edições, já contava com a participação de equipes dos principais centros futebolísticos do país, incluindo a região Nordeste. Motivados pelo interesse despertado e ciente de que a grande maioria dos estados brasileiros dispunha de estádios em condições de sediar partidas de uma competição de grande porte, os dirigentes decidiram formatar um torneio interclube mais abrangente para o ano de 1971, substituindo o

⁴ Apesar da inclusão de clubes de diversos estados brasileiros é importante destacar que os representantes do Rio de Janeiro e São Paulo participavam apenas a partir das semifinais da Taça Brasil.

⁵ O Esporte Clube Bahia foi o campeão da primeira edição da Taça Brasil.

⁶ Este campeonato intitulou-se originalmente como Taça de Prata. O nome de Torneio Roberto Gomes Pedrosa foi adotado em homenagem ao ex-goleiro da Seleção Brasileira Roberto Gomes Pedrosa. O ex-futebolista também atuou como Presidente da Federação Paulista de Futebol. A edição inaugural do Roberto Gomes Pedrosa contou com quinze clubes. Destes, cinco representaram o Rio de Janeiro, cinco o estado de São Paulo, dois clubes eram de Minas Gerais, dois eram do Rio Grande do Sul e um do Paraná. Nota-se a exclusão dos clubes do Nordeste que foram incluídas na competição posteriormente. O Torneio Roberto Gomes Pedrosa foi disputado por quatro anos, sendo que os clubes foram organizados em dois grupos para disputa em turno único, em que todos os clubes disputavam partidas. Os dois primeiros colocados de cada chave disputavam jogos de ida e volta e a soma da pontuação definia o vencedor.

Roberto Gomes Pedrosa por um novo Campeonato Brasileiro.
(SARMENTO, 2006, p. 135)

É possível apontar para um conjunto de fatores que impulsionaram e/ou facilitaram a criação do certame nacional. Institucionalmente a CBD, após o terceiro título mundial conquistado pelo Brasil em 1970, demonstrou interesse em realizar mudanças no futebol brasileiro relativas à organização de um calendário de competições. Também é possível apontar para a candidatura política de João Havelange para a presidência da FIFA, sendo que o apoio de Havelange concedido à criação do Campeonato Brasileiro de Clubes visava conseguir o apoio dos presidentes das federações de futebol ao seu propósito político.

Nesse sentido, Mascarenhas (2014) ressalta o processo de criação de uma competição nacional “conduzido com grande influência do Estado, em favor da política de ‘integração’, a despeito de uma configuração territorial pouco favorável e da concentração de poderio econômico e futebolístico em determinados centros”. (MASCARENHAS, 2014, p. 156).

O formato do Campeonato Brasileiro de Clubes criado em 1971 contou com uma Série Especial e uma Divisão de Acesso, correspondentes às atuais Primeira e Segunda Divisão da competição. Ainda é preciso destacar que o modelo inicial do certame nacional com proposta de integração nacional não incluiu clubes representantes de todos os estados, sendo que estes manifestaram descontentamento. Nesse sentido, equipes de Goiás criaram um campeonato paralelo ao oficial intitulado como Torneio de Integração Nacional⁷. Segundo a revista *Placar* por conta da exclusão dos clubes goianos “o pessoal por aqui reclamou, mas ficou por isso mesmo. Deram aquela de ‘mais vale acender do que brandar’ e inventaram outro torneio- o Torneio de Integração Nacional- para ser jogado mais ou menos ao mesmo tempo que o CN”. (PLACAR, 1971, p. 21)

Dessa forma é possível afirmar que tanto o Campeonato Brasileiro de Clubes como o Torneio da Integração Nacional, criados em 1971, pautaram-se em princípios de integração e interiorização do território brasileiro. Para Sarmento (2006) a criação do Campeonato Nacional mostrava que

⁷ A CBD apoiou a realização do Torneio da Integração Nacional. O presidente da Federação Goiana de Futebol, Baltasar de Castro, foi o responsável por convidar clubes do Pará, Amazonas, Ceará, Guanabara, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do sul e Pernambuco, além das principais equipes de Goiás. O campeão da única edição do Torneio da Integração Nacional foi o Atlético Clube Goianiense.

De um lado, o regime poderia beneficiar-se da capilaridade da rede desportiva estabelecida pela CBD para divulgar uma imagem favorável e compensar algumas tensões existentes. De outro, o encontro de times do interior com as poderosas equipes do Sudeste poderia criar um sentimento positivo nas populações locais e assim permitir o uso eficaz de ferramentas políticas nessas regiões. Isso explica o argumento várias vezes reiterado de que o novo torneio propiciaria a integração nacional por intermédio do futebol. (SARMENTO, 2006, p. 132).

Também é preciso apontar para uma característica do Campeonato Brasileiro de Clubes nos primeiros anos de existência e que tem relação intrínseca com a conjuntura política dos anos de 1970. Interesses partidários e a presença de políticos em cargos importantes dos clubes de futebol resultaram na adição de um número maior de equipes a cada edição do certame nacional. Sendo assim, o calendário da competição brasileira era extenuante para os atletas e financeiramente insustentável, o que também prejudicava a qualidade dos jogos.

Sobre o assunto a CBD justificava que o acréscimo de clubes na competição nacional possibilitava a inclusão de equipes de pequeno e médio porte com condições econômicas reduzidas. A situação de inchamento da competição nacional de clubes aumentou durante a gestão do Almirante Heleno Nunes como presidente da CBD e resultou na popular expressão “Onde a ARENA vai mal, um time no Nacional”, que referia-se ao acréscimo de clubes no certame nacional via convites e pactos políticos.

Gradativamente identificou-se um aumento de equipes participantes no certame brasileiro, sendo que entre as edições de 1975 e 1978 houve um acréscimo de vinte e quatro clubes à competição. Do Campeonato Brasileiro de Clubes de 1979 participaram noventa e quatro clubes que disputaram 583 partidas⁸.

O objetivo de utilizar o Campeonato Brasileiro de Clubes como meio para integrar as regiões do país via participação de equipes de futebol resultou em um conjunto de críticas e discussões quanto ao modelo do certame. De acordo com a revista *Placar* houve no ano de 1978 um debate a respeito da reorganização da competição nacional, sendo que os temas centrais foram: a necessidade de um calendário organizado previamente pela CBD com participações dos clubes e federações, a diminuição das taxas cobradas pela CBD e pelas

⁸ Em manifesto ao formato da competição alguns clubes como o Sport Club Corinthians Paulista, a Portuguesa de Desportos, o Santos Futebol Clube e o São Paulo Futebol Clube pediram para não participar as primeiras fases do Campeonato Brasileiro de Clubes. A CBD inferiu ao pedido destes clubes que optaram por não participar do certame de 1979.

federações e a organização do Campeonato Brasileiro por critérios financeiros e técnicos. (PLACAR, 01 DE SETEMBRO DE 1978, p. 24). O impresso esportivo também ressaltou a posição do dirigente Mário Braga do Clube de Regatas do Flamengo

Parece-me que, até hoje, o critério de administração de Heleno Nunes foi o da interiorização e integração nacional, através do futebol. [...] Agora, me parece que a CBD já terá alcançado seu objetivo. Evidentemente que essa integração e essa interiorização se fizeram com o sacrifício dos grandes clubes. (PLACAR, 01 DE SETEMBRO DE 1978, p. 30)

Dada a relevância da criação do Campeonato Brasileiro de Clubes em 1971 é importante ressaltar que houve um desgaste acerca do modelo utilizado inicialmente que focado na integração e interiorização do território nacional acabava resultando em uma competição sem qualidade e financeiramente onerosa para as equipes brasileiras.

As críticas tecidas ao modelo do certame nacional contribuíram para as discussões em torno da criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 1979. Gradativamente o número de clubes participantes do certame nacional diminuiu, sendo que da temporada 1981/1982 participaram quarenta e quatro clubes, o que indicou uma redução significativa em relação à 1979. Ainda assim, identificou-se na imprensa esportiva uma contínua crítica ao modelo de gestão do futebol empregada pela CBD na década de 1970. Segundo a revista *Placar*

Vale, porém, lembrar que a instalação de uma administração claramente voltada para os serviços político-partidários deu-se com o golpe que levou Heleno Nunes à presidência da então CBD, em meados dos anos 70. Imposta de cima para baixo, contra até mesmo a vontade da Havelange, Heleno Nunes lançou o fatal slogan: Integração Nacional. Essas duas pomposas palavrinhas conduziram nosso futebol a um impasse no final da década. Claro, pois em nome da chamada integração nacional, o Campeonato Brasileiro transformou-se num mostrengo que afugentou o público dos estádios, levou os clubes à beira da falência e empalideceu à morte a imagem do futebol brasileiro no exterior. (PLACAR, 1982, p. 14).

Para a revista *Placar* a depreciação da qualidade do Campeonato Brasileiro de Clubes e o comprometimento financeiro das equipes participantes indicavam os principais problemas causados pelo modelo de competição adotado pela CBD. Com a gestão da CBF e a presidência de Giulite Coutinho houve redução dos clubes participantes do Campeonato Brasileiro de Clubes, bem como adotou-se uma administração voltada à modernização do futebol brasileiro.

No ano seguinte à criação do certame nacional houve a organização das comemorações do Sesquicentenário de Independência do Brasil e a disputa da Taça Independência.

PROPAGANDA POLÍTICA E A TAÇA INDEPENDÊNCIA DE 1972

Em 1972, por conta das comemorações do Sesquicentenário de Independência do Brasil, o governo civil-militar organizou uma série de manifestações cívicas que visavam reforçar ideais nacionalistas. Para tanto o Decreto-lei nº 69344 do ano de 1971 criou a Comissão Nacional para coordenação dos festejos relativos ao aniversário de 150 anos de independência do Brasil⁹. Nesse sentido, Cordeiro (2008) ressalta que tanto o título mundial de 1970 como o Sesquicentenário de Independência de 1972 representavam períodos de comemorações para a ditadura.

A Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) que participou da organização dos festejos de 1972 atuou com

Um nítido padrão pedagógico, portanto, criador de uma pauta de preocupações cívicas, e que pretendia estabelecer um tipo de cidadania decorativa, que permitiria a presença ou a —participação de todos através de iniciativas adjetivas, secundárias, compondo algo como um —cenário de democracia por meio de comemorações enaltecidas dos feitos dos brasileiros e do Brasil. (FICO, 1997, p. 93)

Como marco inicial do conjunto de atos comemorativos de 1972 houve o traslado dos restos mortais de D. Pedro I de Portugal para o Brasil, sendo que foram apresentados em todos os estados brasileiros para visita pública. Como destaca Oliveira “a memória nacional não é natural, e sim o resultado de um trabalho de grupos e pessoas que implica as atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores.” (OLIVEIRA, 2000, p. 184)

Outra ação comemorativa importante do ano de 1972 foi a produção de moedas alusivas ao aniversário da independência nacional. Estas continham as efígies de D. Pedro I e

⁹ Parte das comemorações dos 150 anos da independência do Brasil contou com uma parceria entre os governos brasileiro e português. Estes países acertaram a vinda dos restos mortais de D. Pedro I para o Rio de Janeiro, refazendo o percurso dos portugueses em 1500. O presidente de Portugal, Américo Tomás acompanhou a esquadra de navios até o Brasil.

do presidente Médici em um verso e do outro um mapa do Brasil com linhas partindo do centro do país, o que aludia à integração do nacional.

A respeito das comemorações do Sesquicentenário da Independência o jornal *Folha de São Paulo* publicou e comentou o discurso proferido pelo presidente Médici em 1972

‘A soberania de uma Nação não se outorga, não se recebe de presente; antes se conquista, se preserva e se amplia, com o trabalho, a inteligência, o idealismo, a renúncia e, se preciso, o sangue de homens como nós.’- disse ontem o presidente Médici na mensagem que dirigiu ao povo brasileiro, abrindo as comemorações do Sesquicentenário da Independência. O discurso do chefe do governo, transmitido ontem às 18h30 e ouvido em todo território brasileiro nos Encontros Cívicos promovidos em praças públicas, escolas e estádios, marcou a abertura oficial dos festejos do Sesquicentenário da Independência, que culminarão em São Paulo a 7 de setembro. Disse mais, o presidente em sua curta oração: ‘Com entusiasmo ainda maior, entreguemo-nos à realização dos programas nacionais de desenvolvimento e integração, ativando setores ociosos, eliminando desperdícios, recuperando o tempo, a energia e a riqueza malbaratados. Vivamos a nossa vocação de fraternidade e de paz, que amanhã mesmo será demonstrada no encontro com Portugal e no reencontro com Pedro Primeiro, o nosso Imperador do gesto final da libertação, com um permanente anseio de entendimento entre as nações’. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1972, p. 1)

Como parte importante das comemorações pelos 150 anos da independência nacional foi organizada a Taça Independência que ficou popularmente conhecida como Mini-Copa do Mundo. Esse evento esportivo, organizado pela parceria entre CBD e governo brasileiro, objetivava reunir Seleções campeãs mundiais.

Dentre as Seleções convidadas¹⁰, sendo que algumas rejeitaram o convite, estavam os selecionados da Argentina, da África (um combinado com jogadores do continente), da França, da América Central (combinado continental), da Colômbia, do Equador, do Peru, da Bolívia, do Paraguai, da Irlanda, da Venezuela, do Chile, do Irã, do Equador, da Iugoslávia, de Portugal, do Brasil, do Uruguai, da URSS, da Tchecoslováquia e da Escócia. Segundo o jornal *Folha de São Paulo* esta era a “maior competição de futebol já realizada no Brasil, desde a Copa do Mundo de 1950 [...] com representantes de nove países e de três Continentes.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1972, p. 1)

Os jogos da primeira fase da Taça Independência, que não contaram com a participação da Seleção Brasileira, ocorreram nos estados de Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraná e Mato Grosso. Já as demais partidas foram realizadas em estádios do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. As partidas entre o

¹⁰ Foram convidadas à participar da Taça Independência de 1972 as Seleções da Itália, da Inglaterra, da Alemanha, do Uruguai e outros quinze selecionados.

selecionado brasileiro e as Seleções da Tchecoslováquia, Iugoslávia e Escócia possibilitaram que a Seleção Brasileira disputasse a final contra a Seleção de Portugal. Sobre a vitória do Brasil o jornal *Folha de São Paulo* ressaltou o comportamento do presidente Médici em reportagem intitulada como “Primeiro nervoso, depois só alegria”

O presidente Médici, muito aplaudido, pelo público, assistiu ao jogo visivelmente nervoso e várias vezes levantou os braços em sinal de decepção quando os jogadores perdiam um gol. Ele fumou durante o jogo 9 cigarros, que costuma ser sua média diária. Quando Jairzinho marcou o gol, o presidente jogou para o alto o rádio com que ele acompanhava o jogo, levantou-se com os dois braços para cima e lançou um entusiasmado grito de gol. [...] Na hora da entrega da Taça, o presidente disse a Gérson: ‘Parabéns capitão. Vocês acabam de dar uma grande alegria ao Brasil.’ (FOLHA DE SÃO PAULO, 1972, p. 1)

É notável como o discurso da imprensa ressaltava a figura do presidente-torcedor de maneira que contribuía para que sua imagem fosse popularizada.

Esse evento esportivo em conjunto com outros festejos e manifestações de homenagem ao Sesquicentenário de Independência marcaram a propaganda política do ano de 1972.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol é o esporte mais popular do Brasil e historicamente relaciona-se com aspectos da cultura, da sociedade, da política e da economia nacional. A popularização das práticas futebolísticas no início do século XX em conjunto com a criação de instituições de administração do desporto brasileiro demonstrou o potencial do esporte como um mobilizador das massas. Durante os Governos de Getúlio Vargas (1930-1945) já eram evidentes as tentativas de apropriação política sobre o futebol quando o presidente proferia discursos no pelo dia do trabalhador no estádio São Januário.

Posteriormente, o desempenho das Seleções brasileiras em mundiais de futebol, sobretudo nas conquistas de 1958 e 1962, ressaltou a capacidade do esporte nacional em servir à propósitos políticos. Como o tema da integração do território brasileiro é historicamente relevante e também era importante para o regime civil-militar identificam-se relações entre o projeto de integração nacional e o futebol. Assim, este artigo objetivou identificar as relações estabelecidas entre o tema da integração do território nacional e a criação do Campeonato Brasileiro de Clubes em 1971 e a organização da Taça Independência no ano de 1972.

No caso do certame nacional criado no ano de 1971, a partir do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, foram notáveis aspectos relacionados ao propósito de integração nacional por conta da participação de equipes de todos os estados brasileiros. O descontentamento de clubes excluídos do campeonato resultou inclusive na criação do Torneio de Integração Nacional com única edição em 1971.

Também ressaltaram-se propósitos políticos da CBD, sobretudo, na administração do Almirante Heleno Nunes que aumentou gradativamente o número de clubes participantes no certame durante a década de 1970 através de convites ou pactos partidários. O inchamento do Campeonato Brasileiro de Clubes era financeiramente prejudicial já que aumentava o número de jogos e os deslocamentos das equipes pelo país. Esse quadro corroborou para discussões acerca da necessidade de mudanças no desporto nacional, o que resultou na criação da CBF em 1979 e em uma gradual diminuição dos clubes participantes do certame brasileiro.

Já no ano de 1972 foi organizada e disputada no Brasil a Taça Independência durante os festejos do Sesquicentenário de Independência do país. O evento comemorativo, organizado pela atuação da Aerp, ressaltou-se pelo traslado dos restos mortais de D. Pedro I de Portugal para o Brasil, pela emissão de moedas comemorativas e pela realização da Taça Independência, conhecida como Mini-Copa do Mundo. Diferentemente da Copa do Mundo de 1950, que privilegiou o eixo Sul-Sudeste para a disputa dos jogos, as partidas da Mini-Copa de 1972 ocorreram no Sergipe, na Bahia, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, no Paraná e no Mato Grosso.

Destacou-se também o discurso oficial do presidente Médici por ocasião do início dos festejos de 1972, pois este evidenciou objetivos políticos ligados à pretensões de desenvolvimento e integração.

Assim, é possível inferir que o tema da integração nacional esteve presente durante o regime civil-militar e que se interligou ao futebol. O esporte mais popular do país passou por tentativas de apropriação política com a criação do Campeonato Brasileiro de Clubes de 1971 e com a realização da Taça Independência de 1972, o que ficou evidente pelo discursos oficiais e pelas publicações da imprensa nacional. Desse modo, destaca-se a importância de compreender o papel político, social, econômico e cultural desempenhado pelo futebol no Brasil.

REFERÊNCIAS

BACKHEUSER, Everardo. **A geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.

BECKER, Bertha. **Manual do Candidato**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 abr. 1970. Disponível em:
<<http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/04/24/2//4431701>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 23 abr. 1972. Disponível em:
<<http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/04/23/2//4397658>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 11 jun. 1972. Disponível em:
<<http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/06/11/2/5409770>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO: Primeiro nervoso, depois só alegria. São Paulo, 10 jul. 1972. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/07/10/20//4357467>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo: Contexto, 2010.

MASCARENHAS, Gilmar. **A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e seu advento no Rio Grande do Sul**. 2001. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001.

_____. Considerações teórico-metodológicas sobre a difusão do futebol. In: **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Universidade de Barcelona, n. 69, 1 ago. 2000.

_____. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MATOS, Heloísa. **Governo Médici: discurso oculto na comunicação institucional – o caso AERP**. In: **História das relações públicas: fragmentos da memória de uma Área**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **Imaginário Histórico e Poder Cultural:** as Comemorações do Descobrimento. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro. 2000.

REVISTA PLACAR. São Paulo: Editora Abril, 1971.

REVISTA PLACAR. São Paulo: Editora Abril, 1 set. 1978.

REVISTA PLACAR. São Paulo: Editora Abril, 1982.

SANTOS NETO, José Moraes dos. **Visão do jogo:** primórdios do futebol no Brasil. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo:** uma história institucional da CBF. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SCHATZ, Patrícia V.; ESPÍNDOLA, Carlos J. Jogos e estratégias: o Campeonato Brasileiro de futebol na década de 1970 e a política de integração nacional. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 302-324, 2016 .

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.